



Universidade de Brasília

INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS

PROFESSORA DRA. MARCIA ELIZABETH BORTONE

**O USO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO POR FALANTES
ALTAMENTE ESCOLARIZADOS DE CLASSE A**

JANA PORTELA BERALDO

09/10724

BRASÍLIA

SETEMBRO - 2012

JANA PORTELA BERALDO

**O USO DA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO POR FALANTES
ALTAMENTE ESCOLARIZADOS DE CLASSE A**

**Monografia apresentada ao Curso de
Letras - Português da Universidade de
Brasília, como requisito parcial para
obtenção de grau de bacharel em
Letras - Português, sob orientação da
Prof. Dra. Marcia Elizabeth Bortone.**

**BRASÍLIA
SETEMBRO - 2012**

ÍNDICE

1. Introdução.....	1
2. Objetivos.....	2
3. Justificativa.....	3
4. Fundamentação teórica.....	4
5. Metodologia.....	9
5.1. Fenômeno pesquisado.....	9
5.2. Hipótese.....	9
5.3. Coleta de dados.....	10
5.4. Considerações acerca da coleta de dados.....	10
5.4. Variáveis.....	11
6. Descrição dos dados.....	13
6.1. Teste de produção.....	13
6.2. Teste de percepção.....	17
7. Análise dos dados.....	23
8. Conclusão.....	29
Referências Bibliográficas.....	30
Apêndice 1.....	31
Apêndice 2.....	32

RESUMO

O presente estudo, seguindo a linha de pesquisa da sociolinguística variacionista, examina o uso que falantes altamente escolarizados (nível superior) de classe A (renda *per capita* acima de R\$ 6.330,00, segundo a FGV) fazem da concordância nominal de número, bem como a percepção que apresentam acerca das duas variantes – marcação ou não marcação de plural em todos os elementos do sintagma – da variável em questão. Objetivou-se demonstrar que, em contextos de fala espontânea, os falantes em referência utilizam mais a variante inovadora, apesar de qualificarem negativamente as produções discursivas que vão contra a norma culta. Os dados foram coletados em duas etapas. Na primeira, de produção, analisaram-se sintagmas nominais plurais produzidos em falas espontâneas e monitoradas de quatro falantes altamente escolarizados de classe A e em falas de quatro indivíduos pouco escolarizados (nível fundamental) de classe D (renda *per capita* de R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00, segundo a FGV), tendo sido os últimos examinados apenas para efeito de comparação. Os entrevistados foram escolhidos por conveniência. Os resultados foram confrontados e constatou-se que os usos do primeiro grupo foram muito diversos nas duas situações de fala observadas. Dos sintagmas nominais, 75% não apresentou, na primeira situação, o plural marcado em todos os seus elementos, enquanto 97% encontrou-se, na segunda situação, em conformidade com a variante padrão. Os usos do segundo grupo se equivaleram aos do primeiro em situações de fala espontânea. Na segunda etapa da coleta de dados, a de percepção, um questionário foi aplicado a 12 entrevistados altamente escolarizados de classe A, também escolhidos por conveniência. Estes, para responder àquele, escutaram a três segmentos de fala. Os dois primeiros provinham de mulheres que utilizavam a variante não padrão, sendo uma altamente escolarizada de classe A e a outra pouco escolarizada de classe D, e o terceiro, de um homem altamente escolarizado de classe C que marcava todos os plurais. O questionário consistia em perguntas que induziam os entrevistados a emitir, explícita ou implicitamente, juízos de valor acerca das falas contidas nos segmentos, bem como de suas próprias falas. Os resultados corresponderam ao esperado. Os dois primeiros segmentos, explicitando a variante inovadora, foram qualificados de maneira significativamente mais negativa que o terceiro. Os entrevistados mais velhos se mostraram menos tolerantes com a variante não padrão que os jovens. Todos julgaram estar suas próprias falas mais próximas ao terceiro segmento. Em suma, concluiu-se que falantes altamente escolarizados de classe A utilizam, em contextos de fala espontânea, majoritariamente a variante não padrão de concordância nominal de número, apesar de não admitirem fazê-lo e de qualificarem-na negativamente quando com ela confrontados.

1. INTRODUÇÃO

O uso da concordância nominal de número já vem sendo, há bastante tempo, um tema amplamente discutido entre os estudiosos de linguística no Brasil, tendo-se tornado inegável que uma significativa parcela da população pouco escolarizada e/ou de baixa renda utiliza, com frequência, expressões como “os menino” ou “as casa”. Inclusive, para que tal afirmação seja comprovada, basta conversarmos com alguém pertencente ao referido segmento e essas expressões serão facilmente percebidas. Será que, no entanto, a variante não padrão de concordância nominal de número pode ser atribuída apenas ao grupo social anteriormente mencionado? Será que membros das classes altas escolarizadas também não lançam mão de tais usos – os quais criticam com tanta eloquência e ferocidade – em contextos de não monitoramento de suas falas? Encontrar possíveis respostas a tais perguntas, levando em consideração a fala espontânea, e não o que dizem as gramáticas normativas, além de esboçar causas pertinentes que possam, de alguma maneira, elucidar os resultados encontrados é o objetivo deste trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo geral

O objetivo geral deste estudo é comprovar que falantes altamente escolarizados¹ pertencentes à classe A² nem sempre seguem, em contextos informais de fala, a norma prescrita pelas gramáticas normativas no que tange à concordância nominal de número, além de qualificarem de forma majoritariamente negativa a ocorrência de produções discursivas que vão de encontro a tal norma.

2.2. Objetivos específicos

Espera-se, com esta pesquisa, constatar quais os usos dos falantes escolarizados de classe A, em relação à concordância nominal de número; demonstrar que o uso de expressões como “os menino” e “as casa”, as quais vão de encontro às normas prescritas pela gramática normativa, são frequentes em contextos de fala espontânea de indivíduos escolarizados da classe A; verificar a percepção apresentada por falantes escolarizados da classe A dos usos padrão e não padrão de concordância de número no sintagma nominal; analisar, por meio da elaboração de teorias pertinentes às situações observadas, os resultados encontrados; e situar as conclusões em meio ao contexto atual de preconceito linguístico sofrido por aqueles que não fazem uso da variante padrão.

¹ Nível superior.

² Classes sociais de acordo com o IBGE: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

3. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa possui a finalidade de comprovar que falantes altamente escolarizados de classe A, os quais provavelmente julgam empregar, em qualquer contexto de fala – espontâneo ou monitorado – a concordância nominal de número de acordo com a norma prescrita pela gramática normativa, apresentam, na realidade, variação entre o uso tido como “correto” e aquele tido como “errado”. Tal comprovação mostra-se relevante se considerarmos que grande parte dos membros da referida classe qualifica de forma extremamente negativa expressões como “os menino” e “as casa”, e afirma, com veemência, nunca utilizá-las. Assim, pretende-se demonstrar, com este estudo, que tal julgamento seria, além de errôneo, injustamente preconceituoso.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Evanildo Bechara (2009), para a ocorrência da concordância nominal é necessário que a palavra determinante vá para o grau e o número da palavra determinada, como no exemplo que cita:

“*Os bons exemplos dos pais são as melhores lições e a melhor herança para os filhos*” [MM] (grifo do autor).

Martins (2010), em estudo realizado com habitantes do município amazonense de Benjamim Constant, observou que as variáveis gênero e nível de escolaridade foram determinantes no que compete ao uso da variante padrão de concordância nominal de número – aquela descrita por Bechara (2009) em sua *Moderna Gramática Portuguesa*. Segundo a autora, as mulheres utilizaram a variante não padrão em um número menor de vezes, quando comparadas aos homens, além de qualificarem-na mais negativamente. Em relação ao grau de escolaridade, a pesquisadora utiliza, para explicar uma maior ocorrência da variante inovadora em determinado grupo de entrevistados, a justificativa de que tal foi observado “por se tratar de informantes de baixo nível de escolaridade (até a 4a série), portanto marcada pelo distanciamento da norma padrão”. Martins destaca, ainda, a importância do contexto – formal ou informal – para a coleta de dados: “Enfim, os dados de elocução livre (situação mais informal), analisados, mostram que o município investigado utiliza mais a não-concordância, variante considerada não-padrão e inovadora (57%)”.

Naro e Scherre (2006) discorrem sobre o mesmo assunto afirmando que a variante explícita de plural é a de prestígio, enquanto “a variante zero de plural, quando percebida, é julgada pela tradição e pelos falantes como índice de não saber falar português”. Em estudo sobre o tema, os autores constataram que a concordância de número, tanto no sintagma nominal quanto no verbal, passou a ser empregada com maior frequência pelos falantes, comparando-se os anos 1980 e 2000. A diferença foi por eles atribuída a um aumento significativo no nível de escolarização da população brasileira, ocorrido entre o período mencionado.

“Este aumento da frequência global de uso da concordância plural, do ponto de vista da apropriação dos bens de prestígio, pode ser visto como um ganho para a comunidade e, do ponto de vista da maior exposição da comunidade ao ambiente escolar, deve ser visto como um fenômeno natural: afinal os grupos tendem a assimilar, consciente ou inconscientemente, o comportamento linguístico do meio, especialmente quando este comportamento envolve fenômenos sujeitos a estigma e preconceito explícito, como é o caso da concordância de número em português, em particular, no português brasileiro.” (Naro e Scherre, 2006)

Lucchesi (2004) corrobora com a teoria de Naro e Scherre no que diz respeito às classes mais baixas, destacando que tem se observado um padrão ascendente de uso da concordância nominal na norma popular, com os falantes mais jovens realizando mais a concordância do que os mais velhos. Para as classes sociais mais elevadas, entretanto, os achados de Lucchesi foram o oposto: um “afrouxamento no padrão de realização da concordância nominal e verbal”, com os mais velhos fazendo mais a concordância do que os mais jovens. Tal constatação parece bastante paradoxal se considerarmos que é justamente nas classes mais altas, usuárias da norma culta, que variações linguísticas, como a marca zero de plural, são tão estigmatizadas.

A respeito da questão do preconceito linguístico, Bortone (2003) chama a atenção para o surgimento, em qualquer língua, de dialetos que caracterizam determinados grupos de indivíduos de acordo com o seu nível de escolaridade, classe social, sexo, idade, profissão, dentre outros. Segundo ela, qualquer variante linguística que se aproxime de falantes com nível de escolarização e/ou classe social mais baixos será fortemente condenado e combatido por falantes com nível de escolarização e/ou classe social mais elevados, os quais possuem uma fala mais próxima do dialeto padrão. Isso pode ser comprovado por testes de percepção tais como os propostos por Tarallo (2007), nos quais se espera que o informante se manifeste em relação à “aceitabilidade ou não de certas variantes”. Labov (1972), contudo, assumindo uma postura ousada, afirma que “falantes que exibem o mais alto índice de uso de um traço estigmatizado em sua própria fala espontânea apresentam a maior tendência a estigmatizar os outros pelo uso dessa mesma forma”.

Pudemos observar que, até o momento, apesar das diferenças interpretativas de cada autor, todos têm destacado, direta ou indiretamente, uma relação específica como sendo a base para a ocorrência da concordância – ou não – de número em sintagmas nominais: a relação escolarização - aplicação da variante padrão. De acordo com o que vimos até agora – à exceção da observação de Lucchesi a respeito do uso da concordância por falantes de norma culta, a qual será tratada mais à frente – quanto mais escolarizada uma pessoa, maior a probabilidade de ela utilizar a variante explícita de plural, situação a qual, como também já vimos, abre importantes brechas para a ocorrência de preconceito linguístico. Assim, uma pessoa que utilize a variante não padrão de concordância nominal é automaticamente julgada de acordo com a ignorância a ela imputada por consequência da pouca ou nenhuma escolarização que recebeu durante a vida.

Ramos (2011), em seu polêmico livro didático *Para viver melhor*, não negando aquilo o que Bechara (2009), Bortone (2003), Lucchesi (2004), Martins (2010) e Naro e Scherre (2006) escreveram a respeito da concordância nominal e da relação entre o uso padrão da mesma e o nível de escolaridade dos falantes, identifica, em contrapartida, situações específicas nas quais costumam ocorrer as duas variantes na fala de indivíduos escolarizados, que possuem o conhecimento de

ambas. Segundo ela, não seria incorreto uma pessoa escolarizada falar, por exemplo, “Os livro ilustrado mais interessante estão alugado”, desde que ela estivesse atenta à ocasião adequada àquela frase. “(...) um falante deve dominar as diversas variantes porque cada uma tem seu lugar na comunicação quotidiana”, afirma a autora. Martins (2010) também havia destacado a relevância do contexto para o estudo do fenômeno sociolinguístico em questão, porém o associou apenas a falantes pouco escolarizados (“Vale lembrar, o nível de escolaridade dos informantes analisados era até, no máximo, a 4a série, o que atesta a hipótese de que pessoas menos escolarizadas utilizem mais a norma não-padrão.”), o que não faz sentido se considerarmos que eles não têm tanto domínio da norma culta e que, portanto, não teriam como utilizá-la de forma adequada ainda que julgassem mais apropriado. Parece pertinente, então, que evoquemos novamente duas ideias acima tratadas: a de Lucchesi, sobre a utilização da concordância nominal por falantes escolarizados e a de Labov, sobre a qualificação de variantes estigmatizadas. No primeiro caso, podemos dizer que a constatação de Lucchesi de que falantes com conhecimento da norma culta vêm deixando de realizar a concordância nominal vai ao encontro da ideia proposta por Ramos. As classes altas escolarizadas estão deixando de marcar, em situações de fala espontânea, o plural em nomes e verbos. É uma questão estilística, de escolha inconsciente da variante mais adequada a cada contexto. No entanto, apesar desse uso não padrão, tais falantes ainda persistem qualificando de maneira extremamente negativa a não realização da concordância de plural no sintagma nominal, exatamente o que quis dizer Labov quando afirmou que aqueles que mais utilizam a forma estigmatizada na fala espontânea são os que mais a criticam o mesmo uso vindo de outras pessoas.

Colocando a questão da escolarização um pouco à parte, faz-se igualmente pertinente ao presente estudo uma breve discussão a respeito das variáveis gênero e faixa etária. Em relação à primeira, vale evocarmos algumas idéias de Trudgill (1974):

“Podemos dizer que as mulheres, em inúmeros casos, se autodefinem como usuárias das variantes mais prestigiosas sem realmente o serem, sem dúvida porque gostariam de utilizá-las ou pensam que deveriam fazê-lo, passando então a crer que realmente o fazem. Isso quer dizer que os falantes se vêem como quem utiliza a forma a que aspiram e que para eles tem conotações favoráveis em comparação à forma que realmente usam.” (Trudgill, 1974)

Labov (1972) e Martins (2010) partilham do mesmo ponto de vista de Trudgill, o primeiro afirmando que as mulheres são as que fazem mais uso das variantes inovadoras e, em contrapartida, as que mais se corrigem em falas monitoradas e o segundo justificando a constatação com base na

posição social ocupada pela mulher na sociedade moderna e afirmando que “a inserção delas no mercado de trabalho” somado ao “papel fundamental que exercem na família (...) acabam ‘exigindo’ delas o uso da variante considerada padrão”.

Para discutir o tópico faixa etária, cabe citarmos Araújo (2007). O autor destaca que a hipótese mais comum dos estudiosos, em se tratando da idade dos falantes, costuma ser a de que os mais jovens tenderiam a introduzir novas “alternantes, que substituem gradativamente aquelas que caracterizam a fala de indivíduos de faixas etárias mais velhas”. Vieira (2010) corrobora com as ideias de Araújo, destacando que, a partir de dados coletados de falantes pertencentes a faixas etárias diferentes, faz-se possível interpretar divergências muito acentuadas entre tais grupos – tendendo, como já mencionado, os jovens a utilizar mais as variantes não padrão do que os mais velhos – como um forte indicativo de mudança linguística em curso.

Assim, falando em mudança linguística e levando em conta toda a revisão teórica discutida até o presente momento, parece ideal que, agora, coloquemos a seguinte questão: afinal, a não marcação de plural em nomes configura uma possível mudança linguística em curso ou apenas uma relação de contemporização com a variante padrão de concordância nominal de número? Segundo Tarallo (2007), para respondermos a essa pergunta devemos levar em consideração dois pontos importantes: a história da variável, que pode ser explicitada, como já mencionado, a partir da análise dos dados coletados de falantes de diferentes faixas etárias, e os seus usos por falantes de níveis sociais distintos. A análise de dados por faixas etárias de falantes nos levaria a estabelecer um certo padrão de uso de determinada variante para cada época. Se constatado, por exemplo, que falantes idosos fazem menos uso da variante inovadora que falantes jovens, tal pode ser um importante indicativo de mudança linguística em curso. As questões socioeconômicas que envolvem a pesquisa sociolinguística também se mostram de fundamental relevância. De acordo com Tarallo, o uso da variante não padrão por parte de falantes de classes altas também funciona como indicativo de mudança. A esse respeito, Labov (1972) destaca que:

Estudos de mudanças sonoras atuais mostram que uma inovação linguística pode começar com qualquer grupo particular e se difundir para fora dele, e que esse é o desenvolvimento normal; e que esse grupo particular pode ser o de mais alto *status*, mas não necessariamente nem tão frequentemente assim.” (Labov, 1972)

Sendo assim, no caso da concordância de número no sintagma nominal, poderíamos afirmar que, caso seja constatado que a não marcação de plural constitui, de fato, uma mudança linguística em curso, ela seria uma mudança de baixo para cima, ou seja, das camadas mais desfavorecidas da

sociedade para as mais favorecidas, fato que incomodaria muitos falantes escolarizados de classes altas.

Finalmente, em se tratando das variáveis independentes linguísticas, parece bastante pertinente que voltemos a utilizar algumas concepções expostas por Naro e Scherre (2006) no artigo “Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro”. Os autores propõem que pares singular/plural que apresentam traços de maior saliência fônica, notadamente aqueles que “exibem acento na sílaba que recebe a marca explícita de plural (café/cafês) ou são monossílabos de usoônico (meu/meus), apresentam mudanças morfofonológicas na relação singular/plural (rapaz/rapazes; dólar/dólares; avião/aviões; lençol/lençóis) ou evidenciam plural bimorfêmico (ôvo/ovos)”, tendem a apresentar mais concordância nominal explícita, enquanto que os que constituem uma saliência fônica menor - “exibem apenas a inserção de uma marca explícita de plural {S} em sílaba não-acentuada (casa/casas; árvore/árvores) ou são monossílabos de uso átono (o/os)” - geralmente ocorrem com uma concordância nominal menos explícita e, portanto, mais marcada.

Considerando essas reflexões iniciais, faz-se pertinente a proposição de uma análise que verifique os usos que os falantes fazem da concordância nominal de número no português brasileiro. Para tal, enfoque será dado a indivíduos escolarizados de classe A, mas não se dispensará a contribuição que falantes pouco escolarizados de classes baixas podem dar ao estudo proposto, já que parece claro que uma comparação entre os usos de ambos os grupos se faz tão relevante quanto um contraste entre os usos do primeiro grupo em duas situações extremas de fala: espontânea e monitorada.

5. METODOLOGIA

5.1. Fenômeno pesquisado

Neste trabalho será pesquisado o uso da concordância nominal de número por falantes escolarizados de classe A e as percepções que estes apresentam acerca de produções das variantes padrão e não padrão da variável em referência.

5.2. Hipóteses

- a)** Falantes escolarizados de classe A utilizam, em contextos de fala espontânea, tanto a variante padrão quanto a variante não padrão de concordância nominal de número, podendo ser a segunda observada com maior frequência que a primeira.
- b)** Falantes escolarizados de classe A apresentam, quantitativamente falando, um padrão de uso das variantes de marcação de plural em elementos do sintagma nominal semelhante ao dos falantes pouco escolarizados de classes C e D. A principal diferença qualitativa, entretanto, seria a de que falantes pouco escolarizados marcariam menos os plurais com saliência fônica do que os falantes escolarizados.
- c)** a maior parte dos pertencentes ao grupo estudado (falantes escolarizados de classe A) qualifica de forma negativa a variante não padrão de concordância nominal de número e não admite utilizá-la em qualquer tipo de contexto;
- d)** a idade – bem como o gênero – dos falantes interfere não apenas em seus usos, mas também em seus julgamentos acerca da concordância de número no sintagma nominal. A idade seria relevante porque acredita-se que falantes jovens tendem a controlar menos a fala e a ser mais abertos a inovações linguísticas que os mais velhos, e o gênero, porque pensa-se propenderem as mulheres a controlar e a superavaliar mais as suas falas, acreditando elas que utilizam a forma padrão com mais frequência que os homens, os quais mostrar-se-iam inclinados à uma visão mais realista de suas produções;
- e)** as mudanças morfofonológicas na relação singular/plural, os plurais bimorfêmicos e os monossílabos de uso tônico também apresentam-se como elementos determinantes da ocorrência ou não da concordância de número no sintagma nominal, já que representam situações de maior marcação do plural em contextos plurais.

5.3. Coleta de dados

Foram realizadas entrevistas de cerca de trinta minutos com dois grupos sociais distintos de falantes – altamente escolarizados de classe A e pouco escolarizados de classes C e D. O primeiro grupo foi entrevistado em dois momentos. No primeiro, foi dada à situação de entrevista um caráter mais informal e descontraído. Foi pedido a cada falante que contasse histórias de infância que lhes causem boas lembranças. No segundo momento, realizado dias após o primeiro, as entrevistas assumiram um caráter mais formal. Foi informado aos falantes que aspectos específicos de suas falas estariam sendo observados durante a entrevista. Ademais, o assunto desta foi focado no dia-a-dia de trabalho dos entrevistados, o que os levaria a assumir uma postura de monitoramento ainda maior de suas falas. O segundo grupo social foi entrevistado da mesma maneira que o primeiro em seu primeiro momento de entrevista.

Além das entrevistas, doze falantes escolarizados de classe A, escolhidos aleatoriamente, foram também submetido um teste de percepção. Neste, os pesquisados tinham de escutar a três segmentos de fala provenientes de indivíduos pertencentes a classes sociais e níveis de escolaridade distintos – uma mulher de classe A e nível superior que não fazia a concordância nominal de número, uma mulher de classe D e nível fundamental que também não fazia as concordâncias e um homem de classe C e nível superior que utilizava a norma padrão de concordância nominal de número – e responder a um questionário³ que tinha como objetivo evidenciar o modo como eles qualificavam as variantes padrão e não padrão da variável em estudo.

5.4. Considerações acerca da coleta de dados

Dados de fala plenamente espontânea são extremamente difíceis de serem coletados pelo pesquisador de sociolinguística, já que sua própria presença provoca estranhamento e, conseqüentemente, monitoramento de fala por parte dos entrevistados. Labov (1972), como muitos outros pesquisadores da área, já havia vivenciado essa constatação, a qual denominou *paradoxo do observador*: “O objetivo da pesquisa linguística na sociedade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas – no entanto, só podemos obter tais dados por meio da observação sistemática”, elucida o autor. Devido a esse percalço, a escolha dos informantes da primeira etapa desta pesquisa - a de produção - não foi feita aleatoriamente. Foram eleitas quatro pessoas do convívio íntimo da pesquisadora, as quais se mostraram plenamente descontraídas e relaxadas durante a entrevista de primeiro momento, monitorando muito pouco ou quase nada suas falas, que se mostraram completamente espontâneas. Tentou-se aplicar o mesmo

³ Ver apêndice.

estilo de entrevista de primeiro momento a outras pessoas, mas distantes do convívio da pesquisadora. Os resultados, porém, demonstraram o evidente controle “linguístico” que os entrevistados procuraram manter durante toda a duração da entrevista. Assim, preferiu-se trabalhar apenas com o grupo de quatro pessoas que, ainda que reduzido, preencheu com plenitude o requisito mais importante desta pesquisa: o uso da fala espontânea.

Tendo sido feitas algumas considerações iniciais relevantes à metodologia deste estudo, vale agora explicar o porquê dos outros dois tipos de entrevista, a de segundo momento ao grupo de falantes escolarizados de classe A e a ao grupo de falantes pouco escolarizados de classes C e D. No primeiro caso, pretendeu-se contrastar os dois momentos de entrevista realizados com os mesmos informantes em duas situações completamente distintas. Queria-se demonstrar que as mesmas pessoas são capazes de assumir posturas linguísticas muito diferentes dependendo do grau de casualidade do contexto a que são submetidas e que isso nada tem a ver com elas terem ou não o conhecimento da norma culta, já que são todas altamente escolarizadas, mas sim com uma opção estilística que fazem naturalmente em seu dia-a-dia. Em relação à escolha da abordagem realizada nas entrevistas de segundo momento do primeiro grupo parece novamente pertinente citar Labov: “De modo geral, uma entrevista que tem como objetivo explícito a língua do falante alcançará um grau mais elevado na escala de formalidade do que a maioria das conversações”. Foi, assim, justamente visando esse maior grau de formalidade que se comunicou aos entrevistados que suas falas estariam sendo observadas. No segundo caso, quis-se novamente fazer um contraste, mas dessa vez da fala espontânea de pessoas escolarizadas de classe A – obtida nas entrevistas de primeiro momento – com a fala de pessoas com pouca escolarização das classes C e D.

Por fim, no que concerne ao teste de percepção, pode-se dizer que não houve as mesmas restrições que tiveram de ser impostas ao teste de produção. Os falantes foram escolhidos aleatoriamente e pôde-se organizá-los por faixas etárias, o que não se mostrou possível na etapa das entrevistas.

5.5. Variáveis

5.5.1. Variáveis dependentes

a) Uso da variante padrão (marcação de plural em todos os elementos do sintagma, tratada, neste estudo, por “marcação [+] de plural”) e da variante não padrão (marcação de plural em apenas alguns elementos do sintagma, tratada, neste estudo, por “marcação [-] de plural”) de concordância de número no sintagma nominal.

b) Percepção de falantes altamente escolarizados de classe A acerca das variantes padrão e não padrão da concordância nominal de número.

5.5.2. Variáveis independentes

a) Variáveis independentes linguísticas (evidente apenas na etapa de produção)

Saliência fônica dos plurais (plurais de nomes com traços [+] ou [-] de saliência fônica). Foram analisados os nomes que exibem acento na sílaba que recebe a marca explícita de plural, os plurais bimorfêmicos, os monossílabos de uso tônico e as mudanças morfofonológicas na relação singular/plural.

b) Variáveis independentes extralinguísticas

b.1) Tratamento estilístico (evidente apenas na etapa de produção)

Fala espontânea e fala monitorada.

b.2) Classes socioeconômicas e graus de escolarização (evidente apenas da etapa de produção)

Classes A e C/D; nível superior (elevada escolarização) e nível fundamental (baixa escolarização).

b.3) Gênero

Feminino e masculino.

b.4) Faixa etária (evidente apenas na etapa de percepção)

18 a 30 anos e 31 a 60 anos.

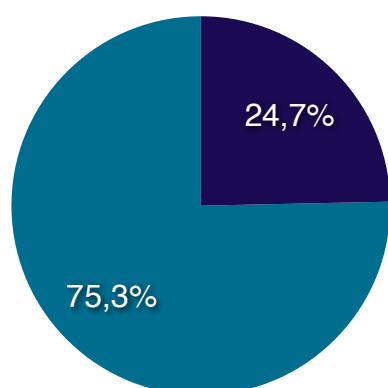
6. DESCRIÇÃO DOS DADOS

6.1. Teste de produção

6.1.1. Em relação ao tratamento estilístico

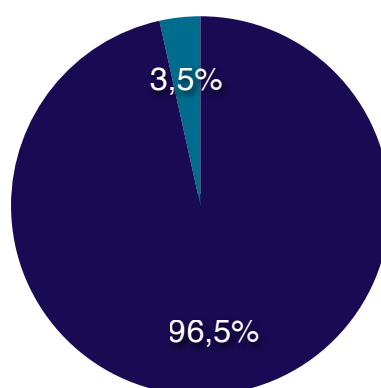
A partir das gravações coletadas em entrevistas feitas com quatro falantes altamente escolarizados pertencentes à classe A, pôde-se observar, levando-se em consideração a questão do tratamento estilístico conferido ao uso da concordância nominal de número, que a diferença na frequência de uso das variantes padrão e não padrão se mostrou muito significativa nas duas situações de entrevista - de maior e de menor monitoramento de fala - criadas pela pesquisadora. Em situações de fala espontânea, a maior parte dos dados, 168 dos 223 coletados, não apresentou marcação de plural em todos os elementos do sintagma nominal. Em situações de fala monitorada, entretanto, o número de sintagmas com todos os plurais marcados subiu drasticamente, foram 222 de 230.

Gráfico 1: Situações de fala espontânea



- Marcação [+] de plural
- Marcação [-] de plural

Gráfico 2: Situações de fala monitorada



- Marcação [+] de plural
- Marcação [-] de plural

Gráficos 1 e 2: Uso da concordância nominal de número por homens e mulheres escolarizados pertencentes à classe A em situações de fala espontânea e monitorada.

6.1.2. Em relação às classes socioeconômicas

Os resultados encontrados nas entrevistas realizadas com falantes pouco escolarizados de classes C e D não chamam a atenção: apenas 62 sintagmas nominais, dos 265 coletados, foram realizados com concordância de número. As classes socioeconômicas dos entrevistados, somadas ao

seu nível de escolaridade, já nos levava a esperar que fizessem um maior uso da variante não padrão.

Gráfico 3: Usos de falantes pouco escolarizados de classes C e D

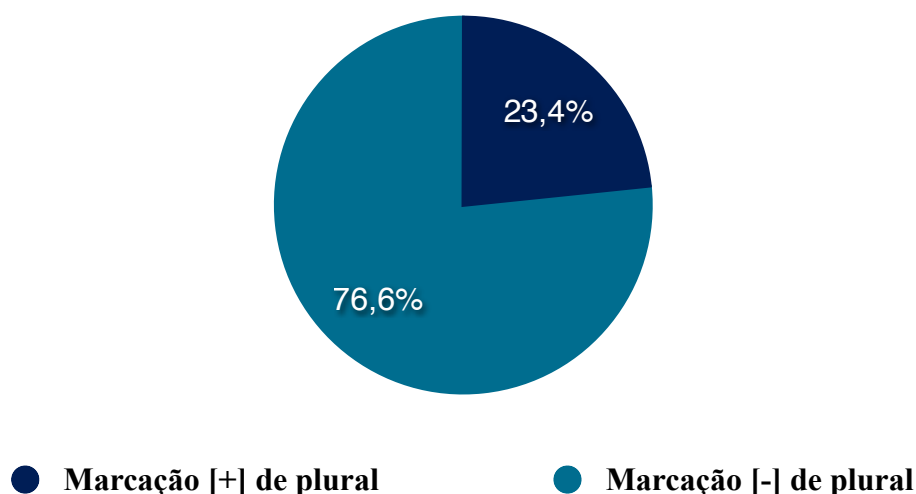


Gráfico 3: Uso da concordância nominal de número por homens e mulheres pouco escolarizados pertencentes às classes C e D.

Se seguirmos, no entanto, a mesma linha de pensamento para prever os usos de falantes escolarizados de classe A e esperarmos, dessa forma, que eles empreguem mais a variante padrão, depararemos-nos, em situações de fala espontânea, com uma constatação surpreendente. Observando o Gráfico 1 e comparando-o ao Gráfico 3, nota-se que os usos de falantes pertencentes a grupos tão distintos foram praticamente idênticos. Sim, pessoas escolarizadas de classe A utilizam tanto a variante não padrão quanto pessoas pouco escolarizadas de classes C e D, em contextos de locução informal.

6.1.3. Em relação ao gênero

Os homens escolarizados de classe A, quando comparados às mulheres pertencentes ao mesmo grupo, não apresentaram diferenças significativas nas produções das variantes de concordância de número no sintagma nominal, como pode ser observado nas Tabelas 1 e 2:

Falantes escolarizados de classe A em situações de fala espontânea	Dados produzidos por homens n = 131 (%)	Dados produzidos por mulheres n = 92 (%)
Marcação [+] de plural	32 (24,4)	23 (25)
Marcação [-] de plural	99 (75,6)	69 (75)

Tabela 1: Uso da concordância nominal de número por homens e mulheres escolarizados pertencentes à classe A em situações de fala espontânea.

Falantes escolarizados de classe A em situações de fala monitorada	Dados produzidos por homens n = 133 (%)	Dados produzidos por mulheres n = 97 (%)
Marcação [+] de plural	129 (97)	93 (96)
Marcação [-] de plural	4 (3)	4 (4)

Tabela 2: Uso da concordância nominal de número por homens e mulheres escolarizados pertencentes à classe A em situações de fala monitorada.

A mesma afirmação, contudo, não pode ser feita para o grupo de falantes pouco escolarizados de classes C e D, já que foi constatada uma diferença de 9,4 pontos percentuais entre o número de dados com marcação [-] de plural produzido por homens e o número de dados de mesmo tipo produzido por mulheres, tendo as últimas utilizado a norma não padrão com uma frequência maior do que os primeiros.

Falantes pouco escolarizados de classes C e D em situações de fala espontânea	Dados produzidos por homens n = 140 (%)	Dados produzidos por mulheres n = 125 (%)
Marcação [+] de plural	39 (27,8)	23 (18,4)
Marcação [-] de plural	101 (72,2)	102 (81,6)

Tabela 3: Uso da concordância nominal de número por homens e mulheres pouco escolarizados pertencentes às classe C e D em situações de fala espontânea.

6.1.4. Em relação à saliência fônica dos plurais

Para a análise da variável saliência fônica dos plurais foram observados apenas os dados gerados a partir das entrevistas em situações de fala espontânea, tanto por falantes escolarizados de classe A quanto por falantes pouco escolarizados de classes C e D. Excluíram-se as entrevistas de fala monitorada porque o número de dados da variante não padrão nelas encontrado foi muito pequeno, como pôde-se observar no Gráfico 2 e na Tabela 2. Ademais, não foi detectada disparidade expressiva nas produções dos falantes escolarizados de classe A no que tange ao gênero dos mesmos. Tanto homens quanto mulheres marcaram o plural em todos os componentes dos sintagmas nominais que apresentavam pelo menos um elemento com saliência fônica em um número muito semelhante de casos: elas utilizaram a norma padrão em 6 dos 13 ocorridos e eles em 7 dos 17.

Gráfico 4: Saliências fônicas e usos de falantes escolarizados de classe A

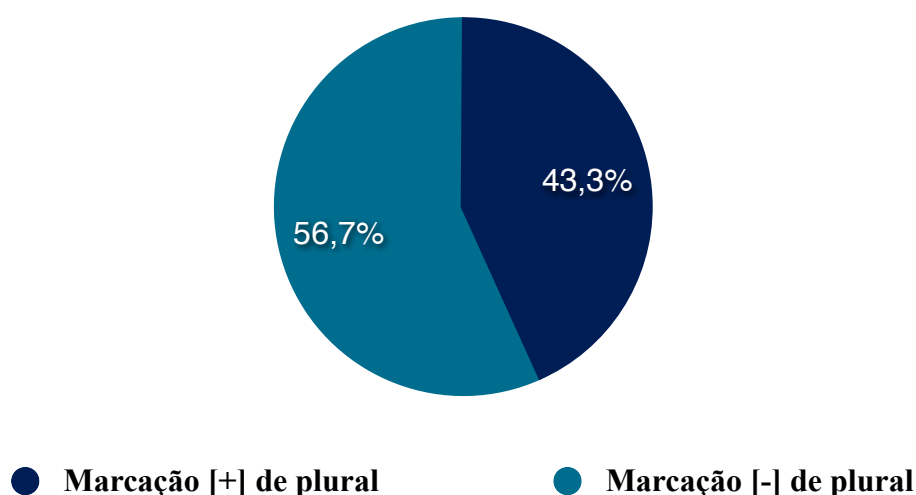
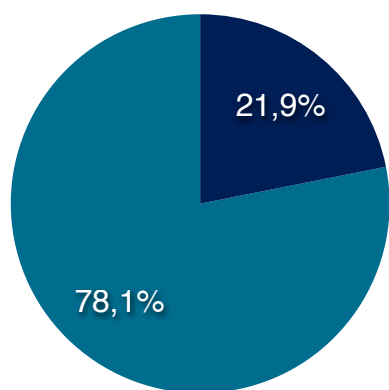


Gráfico 4: Uso da concordância nominal de número em sintagmas que contêm pelo menos um elemento com traço [+] de saliência fônica por homens e mulheres escolarizados pertencentes à classe A.

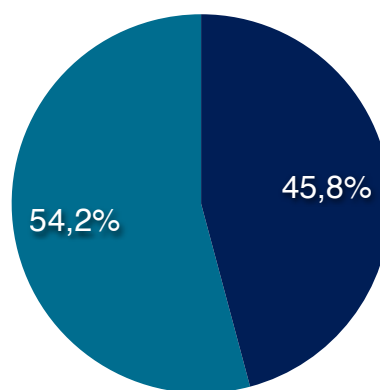
Os falantes com pouca escolarização de classes C e D, entretanto, expuseram, novamente, em seus usos da concordância nominal de número, divergências provenientes da variável gênero. Analisando os Gráficos 5 e 6 abaixo, percebemos que as mulheres marcam os plurais com saliência fônica significativamente menos que os homens. De 32 casos produzidos em falas femininas, apenas 7 sofreram a marcação de plural em todos os elementos do sintagma, enquanto de 24 produzidos em falas masculinas, 11 exibiram concordância de número. É uma diferença de quase 24 pontos percentuais.

Gráfico 5: Mulheres



- Marcação [+] de plural
- Marcação [-] de plural

Gráfico 6: Homens



- Marcação [+] de plural
- Marcação [-] de plural

Gráficos 5 e 6: Uso da concordância nominal de número em sintagmas que contêm pelo menos um elemento com traço [+] de saliência fônica por homens e mulheres pouco escolarizados pertencentes às classes C e D.

6.2. Teste de percepção

Transcrição dos segmentos utilizados no teste de percepção:

Segmento 1 (mulher escolarizada de classe A): “As vezes a gente ia lá pra raia onde os cavalo corria e o povo, os vigia, corria atrás da gente.”

Segmento 2 (mulher pouco escolarizada de classe D): “Eu morava numa casa que era assim de madeirite, aonde os madeirite já tavam todos assim, despregado.”

Segmento 3 (homem escolarizado de classe C): “Deram preferência pra pegar primeiro os mais novos, que eram os dois meninos, na situação.”

6.2.1. Em relação ao gênero

6.2.1.1. Qualificação da fala de outros

Como pode ser observado nos Gráficos 7 e 9, abaixo, as mulheres qualificaram de maneira idêntica os segmentos 1 e 2 (uma metade achou que os falantes se expressaram de maneira boa e a outra que se expressaram de maneira ruim), que continham ocorrências de não marcação de plural no sintagma nominal. Os homens, por sua vez, qualificaram mais negativamente o segmento 1 e expressaram as mesmas opiniões das mulheres no segmento 2. A qualificação do segmento 3 foi unânime para ambos: todos os entrevistados valoraram positivamente o último segmento apresentado.

Gráfico 7: Mulheres

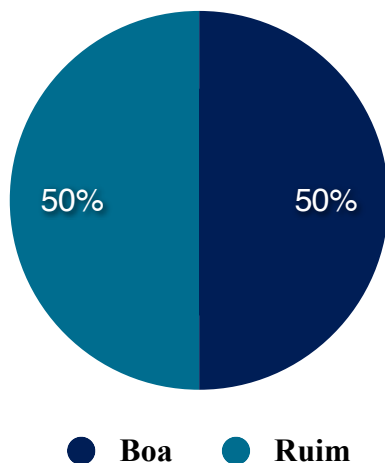
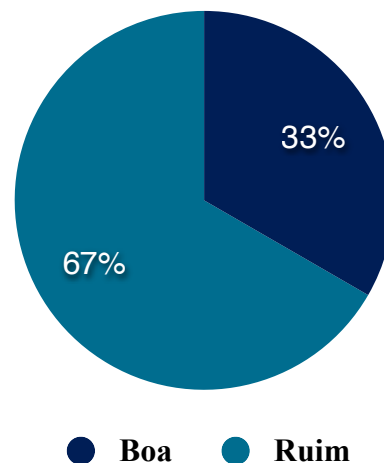


Gráfico 8: Homens



Gráficos 7 e 8: Qualificação de homens e mulheres escolarizados de classe A para o segmento 1.

Gráfico 9: Mulheres

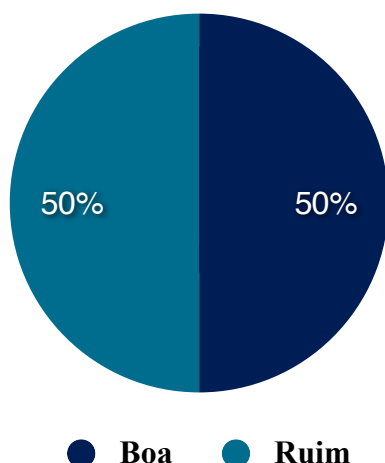
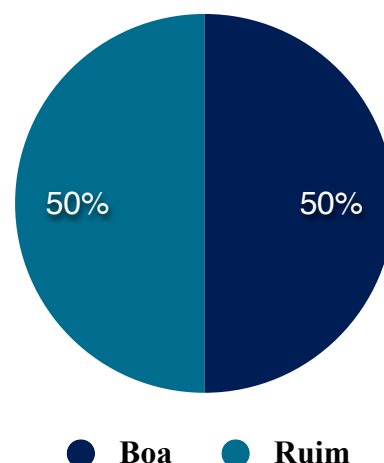


Gráfico 10: Homens



Gráficos 9 e 10: Qualificação de homens e mulheres escolarizados de classe A para o segmento 2.

6.2.1.2. Qualificação da própria fala

Novamente, houve unanimidade nas respostas. Todos os 12 falantes entrevistados julgaram estar suas próprias falas mais próximas àquela representada pelo segmento 3. A justificativa dada por eles pela escolha foi, em todos os casos, o uso mais “correto” do português. Alguns mencionaram explicitamente a questão da concordância. Poucos - 1 mulher e 1 homem - admitiram utilizar, ainda, em contextos informais, a outra variante (não padrão).

6.2.1.3. Juízos de valor referentes às classes socioeconômicas dos falantes

Considerando pertencer o falante do segmento 1 à classe A e o falante do segmento 2 à classe D, pode-se dizer que, em geral, o julgamento feito pelos entrevistados para alocar cada falante de ambos os segmentos em uma classe socioeconômica foi incoerente. 5 das 6 mulheres acreditaram pertencer os falantes 1 e 2 ao mesmo grupo socioeconômico, notadamente as classes D ou E, o que, como vimos, não corresponde à realidade. Uma mulher preferiu não responder à questão, alegando que não seria possível determinar a classe social de uma pessoa apenas com base em seu modo de falar. Os homens se mostraram um pouco mais divididos do que as mulheres, ainda que, mesmo assim, a maioria (4 de 6) tenha igualmente julgado ambos os falantes como membros das mesmas classes (D/E). Os dois que foram de opinião diversa dos outros, também o foram entre si: um afirmou que o falante 1 pertenceria a uma classe mais alta que o falante 2, enquanto o outro pensou na relação inversa.

Julgamento acerca da classe social a qual pertencem os falantes dos segmentos 1 e 2	Julgamento dos homens n = 6 (%)	Julgamento das mulheres n = 6 (%)
Falantes pertencentes à mesma classe (D ou E)	4 (67)	5 (83)
Falantes pertencentes a classes distintas, sendo o falante 1 membro de uma classe mais elevada que a do falante 2	1 (16,5)	0 (0)
Falantes pertencentes a classes distintas, sendo o falante 2 membro de uma classe mais elevada que a do falante 1	1 (16,5)	0 (0)
Não determinado	0 (0)	1 (17)

Tabela 4: Julgamento, por parte de homens e mulheres, acerca das classes socioeconômicas às quais pertencem os falantes dos segmentos 1 e 2.

6.2.1.4. Juízos de valor referentes ao grau de escolarização dos falantes

O julgamentos de homens e mulheres, no que tange ao grau de escolarização dos falantes, foi coerente e praticamente unânime. Todos os homens e 83% das mulheres (5 de 6) afirmaram possuir o falante 3 um grau de escolarização mais elevado que o falante 1, o que corresponde à realidade, se lembrarmos que este possui apenas nível fundamental, enquanto aquele possui nível superior. Apenas uma mulher julgou ser igual o grau de escolaridade de ambos os falantes.

Julgamento acerca dos níveis de escolaridade dos falantes dos segmentos 1 e 3	Julgamento dos homens n = 6 (%)	Julgamento das mulheres n = 6 (%)
Falantes pertencentes ao mesmo nível de escolaridade	0 (0)	1 (17)
Falantes pertencentes a níveis de escolaridade distintos, possuindo o falante 1 escolarização maior que o falante 3	0 (0)	0 (0)
Falantes pertencentes a níveis de escolaridade distintos, possuindo o falante 3 escolarização maior que o falante 1	6 (100)	5 (83)
Não determinado	0 (0)	0 (0)

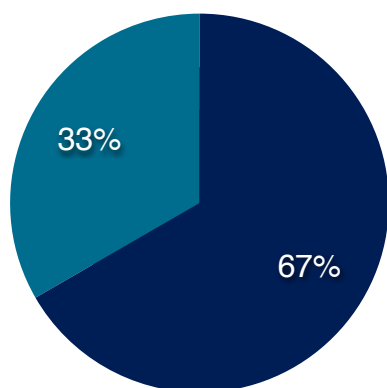
Tabela 5: Julgamento, por parte de homens e mulheres, acerca dos níveis de escolaridade dos falantes dos segmentos 1 e 3.

6.2.2. Em relação às faixas etárias

6.2.2.1. Qualificação da fala de outros

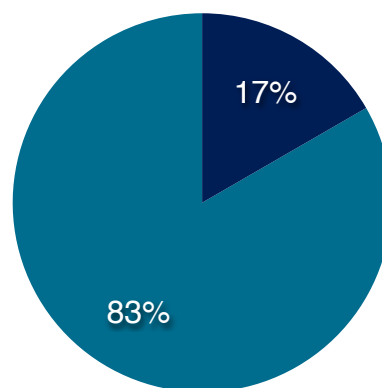
Os entrevistados mais jovens (18 a 30 anos) qualificaram de maneira significativamente mais positiva os segmentos 1 e 2 – que apresentavam a variante não padrão – do que os entrevistados mais velhos (31 a 60 anos). Dos 6 entrevistados do primeiro grupo, apenas 2 julgaram ruim o modo como o falante 1 se expressou na gravação e apenas 1 qualificou negativamente o falante 2. Já no segundo grupo, tanto para o segmento 1 quanto para o segmento 2 apenas 1 entrevistado julgou boa maneira que ambos se expressaram. Em relação ao segmento 3, os resultados obtidos foram os mesmos já ilustrados pelos Gráficos 11 e 12: a todos os entrevistados agradou a fala por ele representada.

Gráfico 13: 18 a 30 anos



● Boa ● Ruim

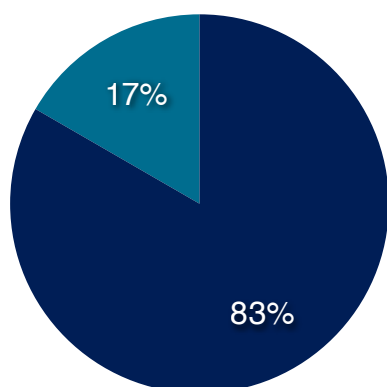
Gráfico 14: 31 a 60 anos



● Boa ● Ruim

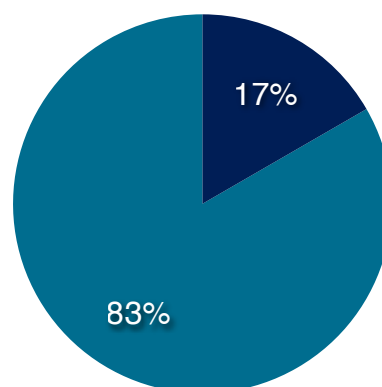
Gráficos 13 e 14: Qualificação de falantes escolarizados de classe A pertencentes à faixas etárias de 18 a 30 anos e de 31 a 60 anos para o segmento 1.

Gráfico 15: 18 a 30 anos



● Boa ● Ruim

Gráfico 16: 31 a 60 anos



● Boa ● Ruim

Gráficos 15 e 16: Qualificação de falantes escolarizados de classe A pertencentes à faixas etárias de 18 a 30 anos e de 31 a 60 anos para o segmento 2.

6.2.2.2. Qualificação da própria fala

Como já destacado no item 6.2.1.2., todos 12 os entrevistados julgaram estar seu próprio modo de falar mais próximo àquele do segmento 3.

6.2.2.3. Juízos de valor referentes às classes socioeconômicas dos falantes

Os entrevistados mais jovens apresentaram julgamento semelhante aos entrevistados mais velhos, no que tange à classe socioeconômica a qual pertencem os falantes 1 e 2:

Julgamento acerca da classe social a qual pertencem os falantes dos segmentos 1 e 2	Julgamento de falantes de 18 a 30 anos n = 6 (%)	Julgamento de falantes de 31 a 60 anos n = 6 (%)
Falantes pertencentes à mesma classe	4 (67)	4 (67)
Falantes pertencentes a classes distintas, sendo o falante 1 membro de uma classe mais elevada que a do falante 2	1 (16,5)	0 (0)
Falantes pertencentes a classes distintas, sendo o falante 2 membro de uma classe mais elevada que a do falante 1	1 (16,5)	1 (16,5)
Não determinado	0 (0)	1 (16,5)

Tabela 6: Julgamento, por parte de entrevistados de faixas etárias de 18 a 30 anos e de 31 a 60 anos, acerca das classes socioeconômicas às quais pertencem os falantes dos segmentos 1 e 2.

6.2.2.4. Juízos de valor referentes ao grau de escolarização dos falantes

Todos os falantes mais jovens e a maioria dos mais velhos acreditaram possuir o falante 3 nível de escolaridade maior do que o falante 1. Apenas 1 pessoa, pertencente à segunda faixa etária, julgou possuírem ambos a mesma escolarização.

Julgamento acerca dos níveis de escolaridade dos falantes dos segmentos 1 e 3	Julgamento de falantes de 18 a 30 anos n = 6 (%)	Julgamento de falantes de 31 a 60 anos n = 6 (%)
Falantes pertencentes ao mesmo nível de escolaridade	0 (0)	1 (17)
Falantes pertencentes a níveis de escolaridade distintos, possuindo o falante 1 escolarização maior que o falante 3	0 (0)	0 (0)
Falantes pertencentes a níveis de escolaridade distintos, possuindo o falante 3 escolarização maior que o falante 1	6 (100)	5 (83)
Não determinado	0 (0)	0 (0)

Tabela 7: Julgamento, por parte de entrevistados de faixas etárias de 18 a 30 anos e de 31 a 60 anos, acerca dos níveis de escolaridade dos falantes dos segmentos 1 e 3.

7. ANÁLISE DOS DADOS

Os dados levantados durante a realização da presente pesquisa foram muito consistentes em indicar a preferência de falantes escolarizados de classe A pelo uso, em situações de fala espontânea, da variante não padrão de marcação de plural em sintagmas nominais. Tanto o foi que, inclusive, os resultados obtidos nos testes de produção dos mencionados falantes, na referida situação, mostraram-se praticamente idênticos aos provenientes de falantes pouco escolarizados de classes C e D (respectivamente, 75,3% e 76,6% de aplicação da variante inovadora), demonstrando não serem as questões socioeconômicas determinantes, no caso do objeto desta pesquisa, dos usos dos falantes. Ainda mais interessante se torna a questão quando confrontamos os valores obtidos em ambas as situações às quais foram submetidos os falantes do primeiro grupo. Quando confrontados com a formalidade, eles modificam drástica e quase que completamente seu comportamento linguístico. Ora, basta lembrarmos que, monitorando suas falas, eles utilizaram, em 96,5% dos casos, a variante padrão.

O comportamento apresentado pelos falantes altamente escolarizados de classe A pareceu ser refletido, em cada situação, pelo nível de relaxamento proporcionado tanto pela postura da pesquisadora quanto pelo assunto tratado durante cada um dos dois momentos de entrevista. Vale lembrar, neste ponto, que os quatro falantes escolarizados de classe A participantes da pesquisa foram escolhidos por conveniência da autora, que procurou eliminar a possibilidade de não ocorrência da variante não padrão devido à simples falta de intimidade suficiente entre ela e seus entrevistados. Tal precaução foi tomada, portanto, para que se pudesse atingir, com plenitude, as situações pretendidas. Assim, de posse da certeza de que os dados produzidos estariam o mais próximos o possível de falas espontâneas e monitoradas não manipuladas, a autora lançou mão de um controle adequado do assunto das entrevistas e de sua própria postura frente aos falantes. Assim, para obter falas espontâneas, ela escolheu o tema de “histórias de infância” e se portou de maneira descontraída, enquanto que para obter, ao contrário, falas monitoradas, ela pediu aos entrevistados que falassem sobre suas rotinas e ambientes de trabalho e os preveniu que o modo como eles falavam estaria sendo observado. Evidentemente, primeiro foram realizadas as entrevistas de fala espontânea e depois as de fala monitorada, já que, como mencionado, nestas avisou-se aos entrevistados que suas falas estariam sendo observadas.

Ademais, parece relevante ao objetivo desta pesquisa que sejam expostas algumas observações feitas pela pesquisadora durante os testes de produção. Primeiramente, notou-se que, em todas as vezes que os falantes utilizavam um sintagma nominal plural enquanto riam, tal sintagma não apresentava marcação do plural em todos os seus elementos. É um fato curioso,

porque nos permite interpretar que, de fato, quanto mais descontraído o falante, mais ocorre a variante não padrão. Ora, se julgarmos ser o riso a expressão máxima de espontaneidade em uma pessoa, percebemos o quão relacionadas as duas coisas estão. Outro interessante fenômeno ocorrido durante as entrevistas de produção foi, novamente, o uso da variante não padrão em 100% dos casos em que o sintagma nominal era composto por um diminutivo. Mesmo palavras como “baldezinhas” ou “ovinhos”, com saliência fônica, não sofreram marcação de plural, sendo pronunciadas como “os baldãozinho” e “os (ó)vinho”. Acredita-se que o motivo gerador desse fenômeno seja o mesmo apresentado no caso anterior. Como os diminutivos expressam, geralmente, uma maior familiaridade com o assunto e com a situação em si, deduz-se ser natural que seu uso, na forma plural, venha desacompanhado de marcação de plural em todos os elementos do sintagma. Basta notarmos que, nas situações de fala monitorada, dos 230 sintagmas nominais plurais utilizados, apenas dois continham palavras no diminutivo, enquanto que, em situações de fala espontânea, foram 20 sintagmas nominais plurais com diminutivo, de um total de 223.

Levando, agora mais profundamente, em consideração as semelhanças e diferenças existentes entre os usos dos grupos de falantes altamente escolarizados de classe A e pouco escolarizados de classes C e D, cabe ressaltar que, apesar de os números indicarem usos muito semelhantes, em situações de fala espontânea, por parte de ambos os grupos, há uma importante diferença a ser apontada, no que tange à natureza de tais usos. Os falantes pouco escolarizados de classes C e D não fazem a concordância nominal de número em um número maior de sintagmas que contêm elementos com saliência fônica do que os falantes altamente escolarizados de classe A. Dos 56 sintagmas nominais plurais com saliência fônica empregados pelo primeiro grupo, 38 (67,85%) estavam conforme a norma padrão. Já no segundo grupo, 17 (56,7%) dos 30 casos apresentavam as mencionadas características. Tal diferença reside, especialmente, nos tipos de saliência fônica identificados. Como mencionado na metodologia, foram observados, especificamente, os nomes que exibiam acento na sílaba que recebia marca explícita de plural, os plurais bimorfêmicos, os monossílabos de uso tônico e as mudanças morfofonológicas na relação singular/plural. Os falantes escolarizados de classe A restringiram seus usos da variante não padrão, em sintagmas que continham elementos com saliência fônica, aos plurais bimorfêmicos, aos monossílabos tônicos e aos nomes que exibiam acento na sílaba que recebia marca explícita de plural. Já os demais falantes, além de não marcarem o plural nos casos de saliência fônica anteriormente mencionados, também não o faziam em situações de mudança morfofonológica na relação singular/plural. Assim, produziram expressões como “os pessoal”, “dos túnel”, “três papel”, “seis mês”, “os policial”, “um dos maior comerciante” e “aquelas praia artificial”. Para efeito de comparação, vale notarmos que,

para os falantes de classe A, houve apenas três ocorrências, dos já mencionados 30 sintagmas nominais plurais com saliência fônica, do referido fenômeno, sendo que uma delas (“esses balãozinho”) já havia sido interpretada, anteriormente, em relação ao fato de estar no diminutivo, enquanto para os de classes C e D, houve, dos 56 sintagmas do mencionado tipo, 27 ocorrências.

Em relação à variante gênero, observou-se que homens e mulheres apresentaram comportamentos linguísticos praticamente idênticos, o que desmente a hipótese estipulada de que elas tenderiam a monitorar mais suas falas do que eles. Tal resultado pode ser reflexo do momento em que estamos vivendo, que caminha cada dia mais em direção a uma igualdade total entre os sexos. É bem verdade que muito ainda há que ser mudado, mas, se contrastarmos as divergências apontadas entre homens e mulheres de escolarizados de classe A e homens e mulheres pouco escolarizados de classes C e D, percebemos que a suposição faz sentido: ao passo que, como já mencionado, aqueles tiveram produções muito semelhantes, estes apresentaram diferença de 9,4 pontos percentuais a maior para os homens. Ora, é plenamente aceitável que interpretemos a situação levando em consideração que a igualdade de gêneros esteja muito mais presente no dia-a-dia de pessoas mais escolarizadas e pertencentes a classes mais abastadas. Assim, acredita-se que os homens pouco escolarizados de classes C e D, ainda preocupados em perder seus “postos” para as mulheres, controlam mais suas falas.

Tratando, agora, das descobertas relativas ao teste de percepção, pode-se afirmar que, assim como o ocorrido com o teste de produção, a maioria das hipóteses a ele relacionadas foi confirmada.

Levando-se em consideração o segmento 3, aquele referente ao homem altamente escolarizado de classe C, cabe destacarmos terem sido unânimes as avaliações positivas a ele conferidas. Esse resultado já era esperado, já que, no segmento em referência, o falante faz uso apenas da variante padrão de concordância nominal de número, considerada, no meio de convivência da classe A altamente escolarizada, como exemplo perfeito de boa educação. Para os entrevistados, negar que o homem se expressava bem seria também negar todos os anos de estudo pelo qual passaram para, orgulhosamente, afirmarem que se expressam no mesmo modo, do jeito “correto”. Isso está plenamente evidente nas respostas à questão 2 – “Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.”, lembrando que o segmento 1 também tinha sido proveniente de um falante altamente escolarizado que, inclusive, era de classe social mais alta (classe A) que a do falante 3 – que foram, mais uma vez, unânimes, tendo todos os entrevistados julgado estarem suas próprias falas mais próximas àquela representada pelo segmento 3. Apenas dois respondentes fizeram ressalvas em suas respostas: “Depende. Creio que

falo mais próximo do segmento 3, porém, em momentos informais e dependendo do assunto, penso que atropelo a dicção, o português, engulo s, uso “pra”, etc.” e

“Aos dois segmentos, durante minha fala quebro algumas regras gramaticais, mas acho que consigo me comunicar. Também uso gírias que provavelmente pessoas de outros lugares não compreenderão, o mesmo caso quando uso verbetes em contextos sociais distintos nos quais os interlocutores não os conhecem. Mas se devo escolher somente um, diria o segmento 3, pois erro pouco a concordância.”

Faz-se interessante notar que, entretanto, apesar das ressalvas, ambos procuram deixar claro que suas próprias falas se aproximam mais do segmento 3, procurando o último, inclusive, evidenciar que considera a falta de concordância um erro e que ele (como todo bom falante escolarizado) o comete com pouca frequência.

Tratando, agora, do gênero dos entrevistados, cabe notarmos que foram poucas e pequenas as divergências apresentadas entre as percepções de homens e mulheres. Assim, cabe, neste caso, a mesma interpretação feita para a variável no teste de produção. A faixa etária, entretanto, mostrou-se determinante. Tanto para o segmento 1 quanto para o 2 (ambos contendo a variante não padrão), os entrevistados mais jovens, de 18 a 30 anos, apresentaram qualificações significativamente mais positivas que os mais velhos, de 31 a 60 anos. Tal divergência provavelmente se deu em virtude de serem os jovens mais abertos à aceitação e, muitas vezes, ao uso, de variantes marginais. Assim, mesmo quando não as utilizam, eles não a costumam julgar de maneira tão crítica quanto os mais idosos, que, salvo algumas exceções, costumam abominar divergências da norma padrão da língua. Ademais, vale recordarmos que Vieira (2010) destaca que divergências muito acentuadas entre faixas etárias diversas - como é o caso do resultado obtido - representam forte indício de mudança linguística em curso. Para que a questão da mudança linguística pudesse, entretanto, ser abordada de maneira mais contundente, seria necessário estudo que reunisse uma quantidade maior de falantes para a realização da etapa de produção, visto que, em decorrência das limitações encontradas pela pesquisadora, não puderam ser os entrevistados divididos em faixas etárias.

A diferença apresentada entre as percepções de falantes mais jovens e mais velhos pôde, contudo, ser evidenciada apenas nas respostas referentes à questão 1 – “Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.” Nas questões 3 e 4, as quais tratavam, respectivamente, do julgamento acerca da classe social e do nível de escolaridade a qual pertenceriam os falantes dos segmentos, as respostas se assemelharam, tanto no quesito faixa etária quanto no quesito gênero, tendendo todas a atribuir grau de escolaridade e nível

socioeconômico baixos aos falantes 1 e 2, que utilizavam a variante não padrão, e grau de escolaridade e nível socioeconômico elevados ao falante 3, que empregava a variante culta. O resultado correspondeu ao esperado, podendo-se concluir, a partir dele, que os membros altamente escolarizados da classe A tendem a julgar as pessoas com base em seus modos de falar. Assim, o falante 3, que, apesar de ser altamente escolarizado, pertencia à classe C, levou, por utilizar a variante padrão, os entrevistados a acreditarem que seria membro da classe A, ao passo que a falante 1, que também era altamente escolarizada e que, de fato, fazia parte da classe A foi colocada na posição de pouco escolarizada e, em algumas vezes, até de analfabeta, e pertencente às classes baixas, como D e E. Da mesma forma, as falantes 1 e 2 foram, por quase todos os entrevistados, iguallados em termos de classe social.

Alguns entrevistados chegaram a reconhecer que interpretações fechadas não poderiam ser efetuadas, já que seria imprudente julgar alguém apenas pelo modo como se expressa, como evidenciado em respostas como “Não necessariamente. Somente a linguagem falada não é parâmetro para se determinar a classe social. Há casos de pessoas com classe social mais elevada e que se expressam mal, portanto não consigo determinar a qual classe social os segmentos 1 e 2 pertencem.”,

“Segmento 1: nível fundamental incompleto

Segmento 3 : Médio a superior.

Mas é muito difícil qualificar só por essas informações. Muitas de nossas lembranças, que se tornam “vícios” de comportamento e/ou de linguagem na vida adulta, ficam fixadas na nossa mente. Lembranças estas adquiridas durante a infância e adolescência. Isto faz com que mesmo com nível superior ou classe social A ou B, as nossas marcas ou “cicatrices” nos mantêm presos ao passado.”

e

“Seria difícil estabelecer essa relação de escolaridade, pois muitos outros fatores influenciam o modo de se expressar de cada falante. No caso de a escolha ser necessária, diria que o grau de escolaridade entre os falantes desses segmentos é diferente. No segmento 1, como há maiores desvios da norma, seria possível associar o falante a um menor grau de escolaridade, posicionando-o no nível fundamental completo/incompleto ou, até mesmo, sem escolaridade. Quanto ao falante do segmento 3, pela presença da concordância entre termos de acordo com a norma, o que indica um provável maior contato com ela por meio da escola, seria possível identificá-lo como alguém com nível superior completo/incompleto ou como alguém de nível médio completo/incompleto.”

O preconceito linguístico, contudo, resta evidenciado em praticamente todas as respostas. Apesar das ressalvas e dos reconhecimentos, apenas uma entrevistada se recusou a julgar as classes sociais e os níveis de escolaridade dos falantes com base apenas nas suas falas.

Em suma, concluiu-se que falantes altamente escolarizados de classe A utilizam, em contextos de fala espontânea, majoritariamente a variante não padrão de concordância nominal de número, apesar de não admitirem fazê-lo e de, muitas vezes, qualificarem negativamente a referida variante quando com ela confrontados.

8. CONCLUSÃO

Levando em consideração as hipóteses desta investigação, pôde-se concluir, com base nos resultados encontrados, que:

- a) Falantes escolarizados de classe A utilizam, em contextos de fala espontânea, tanto a variante padrão quanto a variante não padrão de concordância nominal de número, podendo ser a segunda observada com frequência significativamente maior que a primeira.
- b) Falantes escolarizados de classe A apresentam, quantitativamente falando, um padrão de uso das variantes de marcação de plural em elementos do sintagma nominal semelhante ao dos falantes pouco escolarizados de classes C e D, nos contextos de fala acima explicitados. A principal diferença, qualitativa, é a de que falantes pouco escolarizados marcam menos os plurais com saliência fônica do que os falantes escolarizados, especialmente em casos de mudanças morfofonológicas na relação singular/plural.
- c) a maior parte dos pertencentes ao grupo estudado (falantes escolarizados de classe A) qualifica de forma negativa a variante não padrão de concordância nominal de número e não admite utilizá-la em qualquer tipo de contexto;
- d) a idade dos falantes interfere nos julgamentos que eles fazem da concordância de número no sintagma nominal, sendo os mais jovens menos críticos que os mais velhos. As diferenças de gênero, entretanto, não se mostraram relevantes na esfera dos falantes altamente escolarizados de classe A, apresentando as mulheres produções e juízos de valor muito parecidos com os dos homens;
- e) as mudanças morfofonológicas na relação singular/plural, os plurais bimorfêmicos e os monossílabos de uso tônico apresentam-se como elementos importantes, mas não determinantes, da ocorrência ou não da concordância de número no sintagma nominal, já que o número de plurais com saliência fônica não marcados diminui, mas continua sendo predominante.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, L. E. S. A variável faixa etária em estudos sociolinguísticos. *Estudos Linguísticos*, v. 36, n. 2, maio/ago. p. 389-398. 2007.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BORTONE, M. E. *A questão do erro no português oral no Brasil e a mudança linguística*. Athos e Ethos-educação e linguagens-Patrocínio, Faculdades Integradas de Patrocínio. 2003, P.181 a 202.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução BAGNO, M; SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, C. R. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

MARTINS, F. S. *Uma abordagem sociolinguística da concordância nominal de número no falar dos habitantes do município amazonense de Benjamin Constant*. Anais do IX Encontro do CELSUL, Palhoça, SC, out. 2010 Universidade do Sul de Santa Catarina.

RAMOS, H. *Por uma vida melhor*. São Paulo: Global, 2011.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. *Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro*. SCRIPTA, Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, v. 1, n. 18, p. 162-185, 2006.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 8.ed. São Paulo: Ática, 2007.

VIEIRA, M. J. B. *A influência dos fatores sociais na regência do verbo ir*. Disponível em: <http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/vi_sepesq/arquivosPDF/27671/2145/com_identificacao/Artigo%20SePesq.pdf>. Acesso em: 7 de abril de 2012.

O que é ser classe média? Disponível em: <<http://v2-observadorpolitico-ifhc.rex.tc/grupos/diplomacia/forum/topic/o-que-e-ser-classe-media/>>. Acesso em: 7 de abril de 2012.

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

a) Segmento 1 -

b) Segmento 2 -

c) Segmento 3 -

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Feminino - Faixa etária 1

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

a) Segmento 1 - Ruim. Tive de escutar mais de uma vez para entender com clareza.

b) Segmento 2 - Ruim, mas dá pra entender.

c) Segmento 3 - Boa!

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Segmento 3. Acredito que o meu grau de escolaridade tenha influência direta no meu modo de falar. O falante do segmento 3 faz as devidas flexões de número e pessoa assim como eu costumo fazer, mesmo em situações menos monitoradas.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Sim. Classe E.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Não. O falante do segmento 1 certamente não tem nível de escolaridade nenhum, ou tem no máximo, nível fundamental incompleto. Quanto ao falante do segmento 3, creio que tenha nível médio completo ou superior incompleto.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Feminino - Faixa etária 1

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

- a) **Segmento 1** - Se expressa de maneira razoável, pois, apesar dos erros de concordância, é possível compreender a mensagem.
- b) **Segmento 2** - Se expressa também de maneira razoável, pelo mesmo motivo do segmento 1.
- c) **Segmento 3** - Se expressa de maneira boa, pois há o uso de concordância.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Meu modo de falar está mais próximo do segmento 3, pois faço uso da concordância.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Sim, acredito que eles pertençam à mesma classe social e tal classe seria a E.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Provavelmente as classes são diferentes. O segmento 1 seria nível fundamental incompleto e o segmento 3 seria nível médio completo.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Feminino - Faixa etária 1

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

- a) **Segmento 1** - Expressa-se de maneira boa, pois, ainda que apresente desvios de concordância quanto à norma padrão, que tenha unido algumas palavras e deixe de pronunciar o final de algumas, o entendimento da mensagem é possível e fácil.
- b) **Segmento 2** - Também se expressa de maneira boa. Embora apresente desvios de concordância quanto à norma e repita “madeirite”, essas marcas são parte da expressão oral e não interferem na transmissão da mensagem, que se dá de modo fácil para o entendimento.
- c) **Segmento 3** - Expressa-se de maneira boa. Algumas marcas da oralidade (como o uso de “pra” e a expressão da palavra “deram” como “derum”) não interferem na boa expressão da mensagem.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Segmento 3. Embora saiba que utilizo formas desviadas da norma padrão, incluindo as marcas de desvio que ocorrem nos segmentos 1 e 2, acredito que essas variações aconteçam com menos frequência na minha fala, como no segmento 3.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Seria difícil saber em qual classe social identificar cada falante somente pela forma como fala. No entanto, no caso de ser necessária uma escolha, acredito que pertencem à mesma classe. Por apresentarem desvios da norma muito parecidos, que indicam a possibilidade de baixa escolaridade (associada a uma classe social mais baixa), os falantes poderiam ser de classes mais baixas, como D ou E, ao menos em algum momento de suas vidas.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Seria difícil estabelecer essa relação de escolaridade, pois muitos outros fatores influenciam o modo de se expressar de cada falante. No caso de a escolha ser necessária, diria que o grau de escolaridade entre os falantes desses segmentos é diferente. No segmento 1, como há maiores desvios da norma, seria possível associar o falante a um menor grau de escolaridade, posicionando-o no nível fundamental completo/incompleto ou, até mesmo, sem escolaridade. Quanto ao falante do segmento 3, pela presença da concordância entre termos de acordo com a norma, o que indica um provável maior contato com ela por meio da escola, seria possível identificá-lo como alguém com nível superior completo/incompleto ou como alguém de nível médio completo/incompleto.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Feminino - Faixa etária 2

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

a) **Segmento 1** - boa, porque consegue comunicar a ideia. Ou seja, entendemos o que ela quer dizer.

b) **Segmento 2** - boa, porque consegue comunicar a ideia. Ou seja, entendemos o que ela quer dizer.

c) **Segmento 3** - boa, porque consegue comunicar a ideia. Ou seja, entendemos o que ela quer dizer.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Depende. Creio que falo mais próximo do segmento 3, porém, em momentos informais e dependendo do assunto, penso que atropelo a dicção, o português, engulo s, uso “pra”, etc.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Pertencem à mesma classe, entre classe D e E.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

O mesmo grau de escolaridade – nível fundamental incompleto.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Feminino - Faixa etária 2

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

- a) **Segmento 1** - Ruim, a pessoa mal sabe se expressar, articular uma frase.
- b) **Segmento 2** - Ruim, a pessoa não usa plural em algumas palavras e é repetitiva
- c) **Segmento 3** - Boa, o segmento faz a concordância das palavras, se faz entender.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Acredito que o meu modo de falar, está mais próximo do segmento 3, pois este demonstra através das concordâncias, ter mais escolaridade do que os outros dois segmentos.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

O falante do segmento 1 pertence a classe social E (até R\$ 750,00) e o segmento 2 a classe social D (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00).

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Com certeza não. Acredito que o segmento 1 seja sem escolaridade e o segmento 3 nível médio completo/incompleto.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Feminino - Faixa etária 2

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

- a) **Segmento 1** - Se expressa de maneira simples, é possível a compreensão, mas nota-se que o português não foi bem empregado (erro de português).
- b) **Segmento 2** - Se expressa de livre forma, semelhante ao segmento 1.
- c) **Segmento 3** - Se expressa de uma maneira boa, com português correto.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Ao do segmento 3, pois procuro e fui ensinada a me expressar corretamente, tanto na linguagem escrita quanto na linguagem falada.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Não necessariamente. Somente a linguagem falada não é parâmetro para se determinar a classe social. Há casos de pessoas com classe social mais elevada e que se expressam mal, portanto não consigo determinar a qual classe social os segmentos 1 e 2 pertencem.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Provavelmente não possuem o mesmo grau de escolaridade. O falante 1 possivelmente tem um grau inferior ao falante 3, mas como já disse anteriormente, somente pela linguagem falada não tem como chegar a uma conclusão definitiva.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Masculino - Faixa etária 1

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

- a) **Segmento 1** - Ruim, porque é difícil compreender boa parte das informações deste segmento escutando-o pela primeira vez.
- b) **Segmento 2** - Boa, porque compreendi todas as informações deste segmento numa única vez.
- c) **Segmento 3** - Boa, porque também compreendi todas as informações deste segmento na primeira vez em que o escutei.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Acho que meu modo de falar está mais próximo ao do segmento 3, porque o falante é do gênero masculino e parece ser da mesma faixa etária que a minha, enquanto o do segmento 1 parece ser uma pessoa mais velha e uma mulher.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Não, acho que o falante do segmento 1 pertence à classe B, pois ele se parece com o modo de falar de minha avó e ela está nessa classe social, enquanto o do segmento 2 parece ser da classe D.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Não, acho que o falante do segmento 1 possui o nível fundamental completo enquanto o do segmento 3 tem o nível médio completo.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Masculino - Faixa etária 1

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

- a) **Segmento 1** - Boa, apesar de ela falar uma palavra que, fora do contexto social, não faz sentido para mim, eu não entendi o lugar onde os cavalos corriam.
- b) **Segmento 2** - Boa, consigo compreender a informação que ela quis passar.
- c) **Segmento 3** - Boa, entendi tudo que ele disse.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Aos dois segmentos, durante minha fala quebro algumas regras gramaticais, mas acho que consigo me comunicar. Também uso gírias que provavelmente pessoas de outros lugares não compreenderão, o mesmo caso quando uso verbetes em contextos sociais distintos nos quais os interlocutores não os conhecem. Mas se devo escolher somente um, diria o segmento 3, pois erro pouco a concordância.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Pertencem à mesma classe social, creio que pertencem à classe E.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Não, acho que o falante do segmento 1 não tem escolaridade e o do segmento 3 possui o nível médio completo.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Masculino - Faixa etária 1

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

a) Segmento 1 - Boa.

b) Segmento 2 - Boa.

c) Segmento 3 - Boa.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Aos segmento três, pela concordância de número mais frequente.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Segmento 1: classe D ou E.

Segmento 2: classe C.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Segmento 1: nível fundamental.

Segmento 3: nível superior.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Masculino - Faixa etária 2

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

- a) **Segmento 1** - Embora haja um entendimento da ideia do conteúdo, ele mostra os poucos recursos linguísticos de pessoa.
- b) **Segmento 2** - O mesmo se aplica neste caso.
- c) **Segmento 3** - Há diferença na forma e na qualidade deste último. Há uma melhor concordância das palavras.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Ao segmento 3. A sequência das palavras dão um melhor entendimento.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Ambos se assemelham quanto à verbalização. À primeira vista, podemos até dizer que são “vizinhas” da classe E ou D. Mas devemos levar o fator primeira infância (criação).

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Segmento 1: nível fundamental incompleto

Segmento 3 : Médio a superior.

Mas é muito difícil qualificar só por essas informações. Muitas de nossas lembranças, que se tornam “vícios” de comportamento e/ou de linguagem na vida adulta, ficam fixadas na nossa mente. Lembranças estas adquiridas durante a infância e adolescência. Isto faz com que mesmo com nível superior ou classe social A ou B, as nossas marcas ou “cicatrices” nos mantêm presos ao passado.

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Masculino - Faixa etária 2

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

a) **Segmento 1** - Ruim. Termos regionais.

b) **Segmento 2** - Ruim. Alto e com repetição.

c) **Segmento 3** - Boa. Tom baixo e com boa concordância.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Segmento 3. Mais claro e pausado.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Sim. Classe E.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Não.

Segmento 1: sem escolaridade

Segmento 3: nível superior

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.

Masculino - Faixa etária 2

1. Você acha que as pessoas escutadas nos segmentos 1, 2 e 3 se expressam de maneira boa ou ruim? Comente.

a) Segmento 1 - Ruim, simplicidade ao falar.

b) Segmento 2 - Ruim, simplicidade ao falar.

c) Segmento 3 - Boa, por usar concordância verbal adequada.

2. Você acha que o seu modo de falar está mais próximo ao do segmento 1 ou ao do segmento 3? Justifique.

Esta mais próximo do segmento 3, pela fala e por me parecer ter um grau de escolaridade máxima.

3. Para você, o falante do segmento 1 pertence à mesma classe social¹ do falante do segmento 2? Se sim, qual seria essa classe? Se não, quais seriam, na sua opinião, as classes equivalentes a cada um?

Sim...as duas pertencem a mesma classe E.

4. Para você, o falante do segmento 1 possui o mesmo grau de escolaridade² do falante do segmento 3? Se sim, qual seria esse grau de escolaridade? Se não, quais seriam, na sua opinião, os graus de escolaridade equivalentes a cada um?

Segmento 1 - analfabeta

Segmento 3 - ensino fundamental

¹ Classes sociais de acordo com a FGV: Classe **A** (a partir de R\$6.330,00 por pessoa por mês), **B** (de R\$4.855,00 a R\$6.329,00 por pessoa por mês), **C** (de R\$ 1.126,00 a R\$ 4.854,00 por pessoa por mês), **D** (R\$ 706,00 a R\$ 1.125,00 por pessoa por mês) e **E** (até R\$ 705,00).

² Níveis de escolaridade: sem escolaridade, nível fundamental completo/incompleto, nível médio completo/incompleto, nível superior completo/incompleto.